

Ata da 11ª Sessão Ordinária do 1º período Legislativo da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de Caçu.

Aos seis (06) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis (2026), na Cidade de Caçu, Estado de Goiás, no Plenário Vereador Laerte Nunes Moreira, realizou-se a décima primeira (11ª) Sessão Ordinária da segunda (2ª) Sessão Legislativa, da décima oitava (18ª) Legislatura da Câmara Municipal de Caçu. Às 16h19min, a Presidente Vereadora Jeandra Alves Guimarães do Carmo declarou aberta a Sessão na presença dos Vereadores: Alessandro Bessa, Alexandre Eterno Freitas Santos, André Luiz Oliveira Camargos, Cassiano Lemos de Souza, Donisete Paiva Rezende Junior – Junior Rezende, Hortência Freitas dos Santos, Rodolfo Ancelmo da Silva Neto e Virgínia Bernardes de Freitas Silva. Aberta a Sessão, foi lida e aprovada por todos a ata da Sessão anterior. Dando início ao Expediente Diverso, a Presidente submeteu à discussão e votação a alteração do cronograma das Sessões Ordinárias e Reuniões Ordinárias das Comissões Permanentes desta semana. A proposta previu que as atividades fossem remanejadas para os dias 06, 08, 09, 10 e 13 de abril, em virtude do “16º Encontro Regional do TCM-GO: Orientações para Gestão Municipal” sediado nesta Câmara Municipal. Colocada em votação, a alteração foi aprovada por unanimidade. Durante a discussão, a Ver. Hortência Freitas fez uso da palavra para solicitar a inclusão na pauta, para fins de apreciação e votação, do Ofício nº 088/2026, de autoria do Poder Executivo Municipal. Na sequência, foi para discussão o Ofício Mensagem nº 021/2026 – que “submete à apreciação e deliberação o Projeto de Lei Ordinária nº 21/2026 e solicita sua tramitação em regime de urgência especial”, de autoria do Poder Executivo. Submetido o pedido de tramitação do referido projeto em regime de urgência especial, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi para discussão o Ofício nº 093/2026 – que requer a reapresentação nesta Sessão Legislativa de Projeto de Lei anteriormente retirado por solicitação do autor para adequação. Submetido o pedido de reapresentação foi aprovado por unanimidade. No Expediente foram lidas as seguintes matérias: Projeto de Lei Ordinária nº 13/2026 – que “Autoriza formalizar Termo de Cessão de Uso de Imóveis para o ESTADO DE GOIÁS, representado pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GOINFRA) para reforma da Rodoviária, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei Ordinária nº 14/2026 – que “Autoriza formalizar Termo de Cessão de Uso de Imóvel para o ESTADO DE GOIÁS, representado pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GOINFRA) para reforma do Ginásio de Esportes, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei Ordinária nº 15/2026 – que “Autoriza formalizar Termo de Cessão de Uso de Imóvel para o ESTADO DE GOIÁS, representado pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GOINFRA), e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; Requerimento nº 06/2026 – que “Requer ao Poder Executivo Municipal a revisão dos incisos I e II do art. 30 do código tributário municipal, visando sua adequação ao caput ou, alternativamente, a revogação dos mesmos, a fim de sanar inconsistências normativas”, de autoria do Ver. Júnior Rezende; Requerimento nº 07/2026 – que “Requer a Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social – CECSAS da Câmara Municipal de Caçu-GO, o encaminhamento de Expediente a Secretaria Municipal de Saúde requerendo informações sobre informações

detalhadas e cópias de documentos acerca do sobre o empenho originário do contrato 102/2025 decorrente da concorrência 01/2025”, de autoria dos Vereadores Jeandra Guimarães e André Camargos; Requerimento nº 08/2026 – que “Requer do Chefe do Poder Executivo Municipal que preste informações acerca de declarações públicas realizadas em redes sociais, nas quais afirma que o Poder Legislativo estaria “ameaçando, intimidando e atrapalhando” a gestão municipal”, de autoria da Ver. Jeandra Guimarães; Indicação nº 30/2026 – que “Indica ao Poder Executivo Municipal a criação e implantação de um Programa Municipal de Controle e Manejo de Animais em Situação de Rua, com ações de castração, vacinação, recolhimento de animais em situação de risco, incentivo à adoção responsável e campanhas educativas”, de autoria do Ver. André Camargos; Indicação nº 31/2026 – que “Indica ao Poder Executivo Municipal, a construção e implantação de redutor de velocidade na Rua José Junqueira de Almeida, no Setor São Paulo, no trecho localizado no meio do quarteirão da Praça Paulo Cesar Junqueiroz (Praça da Peteca)”, de autoria do Ver. André Camargos; Indicação nº 32/2026 – que “Indica ao Poder Executivo Municipal, a equiparação do salário base do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Prefeitura ao valor percebido pelo mesmo cargo na Câmara Municipal de Caçu”, de autoria do Ver. André Camargos; Indicação nº 33/2026 – que “Indica ao Poder Executivo Municipal a adoção de medidas visando à disponibilização de profissional para acompanhamento de pacientes idosos e pessoas com deficiência em consultas e exames realizados fora do domicílio”, de autoria da Ver. Virginia Bernardes; Indicação nº 34/2026 – que “Indica ao Poder Executivo Municipal a adoção de medidas visando à criação de pontos estratégicos nos postos de saúde para embarque e desembarque de pacientes que necessitam se deslocar para outras cidades para tratamento de saúde”, de autoria da Ver. Virginia Bernardes; Indicação nº 35/2026 – que “Indica ao Poder Executivo Municipal a adoção de medidas visando à implementação de programa de tratamento integral destinado a pacientes com diabetes e obesidade, contemplando acompanhamento médico, nutricional, psicológico e, quando indicado, o fornecimento do medicamento Mounjaro mediante indicação médica”, de autoria da Ver. Virginia Bernardes; e Indicação nº 36/2026 – que “Indica instalação de bancos e cobertura na entrada da Creche Municipal Vander Luiz Bosco”, de autoria do Ver. Júnior Rezende. A Ver. Jeandra Guimarães requereu verbalmente ao Plenário a inclusão dos Requerimentos nº 07 e 08/2026 na Ordem do Dia da presente sessão. O pedido foi aprovado por unanimidade e, ato contínuo, dando início à Ordem do Dia, foi submetido à discussão o Requerimento nº 07/2026 – que “Requer a Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social – CECSAS da Câmara Municipal de Caçu-GO, o encaminhamento de Expediente a Secretaria Municipal de Saúde requerendo informações sobre informações detalhadas e cópias de documentos acerca do sobre o empenho originário do contrato 102/2025 decorrente da concorrência 01/2025”, de autoria dos Vereadores Jeandra Guimarães e André Camargos. A autora pediu apoio para aprovação do Requerimento. A Ver. Virginia Bernardes questionou o motivo pelo qual o Requerimento está sendo encaminhado à Comissão referida e não remetido diretamente ao Poder Executivo. Em resposta, o Ver. André Camargos manifestou que a Comissão competente para a análise de questões relativas à saúde deve, por atribuição regimental, tomar ciência integral das informações solicitadas na matéria em apreço. Requereu verbalmente, na sequência, que a solicitação

fosse encaminhada simultaneamente ao Executivo, visando conferir celeridade ao processo. Submetido o Requerimento em votação única foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi para discussão o Requerimento nº 08/2026 – que “Requer do Chefe do Poder Executivo Municipal que preste informações acerca de declarações públicas realizadas em redes sociais, nas quais afirma que o Poder Legislativo estaria ‘ameaçando, intimidando e atrapalhando’ a gestão municipal”, de autoria da Ver. Jeandra Guimarães. A autora pediu apoio para aprovação da matéria. As Vereadoras Hortência Freitas e Virginia Bernardes manifestaram-se favoravelmente ao pedido de informações contido no Requerimento, ressaltando, contudo, que as declarações do Prefeito — objeto do pedido de esclarecimentos da autora — foram proferidas em resposta às supostas acusações por ela veiculadas em vídeo. Na oportunidade, a Vereadora Virginia Bernardes interpelou o Vice-Presidente Ver. Júnior acerca do andamento da denúncia apresentada pelo Sr. Wesley perante o Conselho de Ética, assinalando a ausência de reuniões do referido órgão colegiado até a presente data. A parlamentar defendeu que o rito de tramitação da referida denúncia deveria observar o mesmo rigor adotado na apuração de supostos desvios de bens na Secretaria Municipal de Saúde. O Ver. André Camargos manifestou apoio ao requerimento, asseverando que as críticas dirigidas à Presidência, na figura da Ver.^a Jeandra Guimarães, atingem institucionalmente o próprio Poder Legislativo de Caçu. Ressaltou que o desrespeito à autoridade da representante máxima da Casa estende-se aos demais pares que compõem o Plenário. Na oportunidade, prestou solidariedade à Vereadora ante as acusações de suposto uso irregular de energia, defendendo sua integridade e responsabilidade. Esclareceu que a ausência de cobrança pelo uso de energia nos guichês da rodoviária é uma prática histórica do município em diversas gestões, cabendo ao Executivo a regularização da situação, sem que se possa atribuir culpa aos ocupantes ou à Vereadora. Concluiu pontuando que divergências políticas não devem se sobrepor ao respeito mútuo e à prioridade maior: o desenvolvimento de Caçu. O Ver. Júnior Rezende informou que o Conselho de Ética reunir-se-ia no dia seguinte, 07 de abril, para eleger a direção do Conselho e receber a denúncia. Submetido o Requerimento em votação única foi aprovado por unanimidade. Após, o Secretário anunciou as matérias para Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária. Ao final, os Vereadores inscritos usaram da palavra para fazerem suas Considerações Finais. Nada mais havendo, a Presidente declarou encerrada a Sessão às 18h08min. Eu, Alexandre Eterno Freitas Santos, 1º Secretário, fiz lavrar a presente Ata, que depois de lida e discutida, vai devidamente assinada.

Ver. JEANDRA ALVES GUIMARÃES DO CARMO
Presidente

Ver. ALEXANDRE ETERNO FREITAS SANTOS
1º Secretário